



## **O Paradoxo da Prioridade: Desafios Jurídicos e Sociais na Adoção de Crianças e Adolescentes com Deficiência no Brasil**

### **Autor(res)**

João Paulo Alves Lacerda  
Jeovanna Santana Espirito Santo  
Victor Aparecido Da Silva Carvalho  
Gabrielle Herrero Gomes  
Danusa Mosena Schein  
Maria Eduarda Ferreira Rodrigues

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIC

### **Introdução**

A adoção é instituto central do Direito de Família, previsto no ECA, aplicada em casos de destituição do poder familiar ou abandono, sendo medida excepcional e irrevogável, guiada pelo Princípio do Melhor Interesse da Criança e Adolescente. Volta-se à adoção de menores com deficiência, chamada de “adoção especial” ou “perfis não ideais”, marcada por impasse sociojurídico. Apesar do ordenamento prever prioridade à tramitação dos processos, dados revelam a distância entre norma e realidade: cerca de 25% dos aptos à adoção no SNA possuem deficiência ou doenças, mas em 2018 houve apenas 83 adoções e, no primeiro semestre de 2019, 32. O preconceito e medo do desconhecido superam a prioridade legal, revelando a ineficácia da norma frente a barreiras culturais. Defende-se, assim, que o êxito da adoção especial depende da superação da seletividade social e da resolução de impasses jurídicos, como a responsabilidade do Estado por omissão informativa e a dos adotantes por desistência injustificada.

### **Objetivo**

Analisar os desafios jurídicos e as barreiras sociais que perpetuam o impasse na adoção de crianças e adolescentes com deficiência no Brasil, explorando a aplicação do Código Civil e do Código de Processo Civil e a doutrina da responsabilidade civil em casos de omissão informativa e desistência injustificada.

### **Material e Métodos**

A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em revisão bibliográfica e documental, permitindo confrontar normas e efetividade social. Foram examinados o ECA, o CC, o CPC, a Lei nº 13.509/2017 e a LBI; obras doutrinárias de autores como Bordallo, Gagliano e Tartuce; além de dados do CNJ e do SNA e jurisprudência do STJ sobre responsabilidade civil em contextos de família e abandono. Essa combinação de fontes justifica a abordagem sociojurídica.

### **Resultados e Discussão**



A prioridade legal prevista no ECA (Art. 47, § 9º) mostra-se limitada, pois a demora na adoção decorre da seletividade dos pretendentes, que evitam perfis considerados difíceis, especialmente crianças com deficiência, motivados pelo medo e preconceito. O Código Civil regula o vínculo de filiação e, diante de omissões estatais sobre a saúde da criança, pode fundamentar a responsabilização civil do Estado, já que a falta de informações causa danos à família adotante. O CPC atua subsidiariamente, garantindo celeridade processual e validade aos atos. A desistência da adoção rompe expectativas legítimas de filiação. Por fim, o sucesso da adoção especial depende de políticas de suporte pós-adoção que ofereçam apoio em saúde, educação e auxílio financeiro, complementando campanhas de conscientização e reduzindo os impactos econômicos e sociais do cuidado de crianças com deficiência.

## Conclusão

A adoção de crianças com deficiência reflete a desconexão entre a norma jurídica e a realidade social marcada pelo preconceito. A prioridade do ECA (Art. 47, § 9º) não supera a seletividade no CNA. A solução exige aplicação rigorosa da lei, responsabilização do Estado por omissão de informações e coibição de desistências injustificadas. O êxito da adoção depende de políticas públicas de suporte psicossocial e financeiro, garantindo proteção integral e transformando o paradigma da adoção.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil (CC).
- BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil (CPC).
- BRASIL. Lei nº 13.509, de 13 de novembro de 2017.
- BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. Adoção. In: MACIEL, Kátia R. F. Lobo Andrade (Coord.). Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos.
- GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.
- PEREIRA, Núbia Marques. O processo de adoção e suas implicações legais.
- RICHTER, 2020. Dados sobre adoção de crianças com deficiência.
- SILLMANN, Marina; VIEIRA, Marcelo. Desistência da adoção de crianças e de adolescentes durante o estágio de convivência: reflexões sobre uma possível responsabilização civil.